



ESCOLA MUNICIPAL JOÃO JOSÉ DOS PASSOS

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E OS IMPACTOS SOBRE A
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR**

SILVIA SUELY AMARAL DE SOUZA

**BELO HORIZONTE – MG
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E OS IMPACTOS SOBRE A
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Gláucia,

**BELO HORIZONTE – MG
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E OS IMPACTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em vinte e cinco de setembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Nome completo do professor – Orientador

Prof^a. Nome completo – Cursista

"Quem tenta ajudar uma borboleta a sair do casulo a mata. Quem tenta ajudar um broto a sair da semente o destrói. Há certas coisas que não podem ser ajudadas. Tem que acontecer de dentro para fora."

Rubem Alves

RESUMO

O tema avaliação educacional tem sido muito discutido na sociedade brasileira. As políticas públicas para a Educação tem sido pautadas pelos resultados alcançados pelas escolas nas avaliações externas. A escola não pode mais permanecer alheia a essas análises e à responsabilidade de garantir o aprendizado dos alunos e precisa garantir isso em conjunto com a comunidade escolar, uma vez que essa responsabilidade não é somente do professor, em sala de aula, mas de todos. A família, os docentes, os gestores, todos são responsáveis por uma avaliação inclusiva, acolhedora, amorosa, que respeite as individualidades e produza crescimento intelectual e emocional.

Palavras-Chave: Avaliação; políticas de avaliação e organização do trabalho escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. O CONCEITO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	8
2. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	11
2.1 As avaliações externas	11
2.2 O Processo de avaliação no município de Esmeraldas – fatores internos e externos a aprendizagem	13
3. AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E O IMPACTO SOBRE O TRABALHO ESCOLAR ..	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19
ANEXO - Projeto Político Pedagógico	20

INTRODUÇÃO

Um dos temas que mais tem ocupado espaço nas conversas dos trabalhadores em educação e nas ações propostas pelas redes de ensino e escolas em geral é a avaliação, e as medidas que devem ser tomadas para tornar a avaliação mais democrática. Além disso, busca-se analisar os resultados das avaliações externas e especialmente o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB com o objetivo de ofertar uma educação de qualidade para aqueles que frequentam a escola pública.

Para Navarro (2004, p. 1) "(...) a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais". Assim é preciso confrontar a realidade da educação brasileira com o compromisso que cada unidade de ensino deseja assumir para melhorar a qualidade da educação que oferta à sua comunidade.

Para isso é necessário que a comunidade escolar se pergunte: Como as políticas de avaliação estão chegando às nossas escolas? E como elas impactam o trabalho escolar? E o trabalho dos gestores: incluindo a direção e coordenação pedagógica? Será que a escola tem se preocupado em utilizar essas políticas de avaliação para garantir que os alunos aprendam? Como a escola se vê nesse processo de avaliação? Quais os aspectos que devem ser considerados no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem?

Este trabalho buscou ainda responder as seguintes perguntas norteadoras: o que é avaliação? Como ela está exposta no PPP? Quais são os sujeitos responsáveis pela avaliação escolar? Ela tem sido discutida pelo coletivo das escolas? Quais são as avaliações externas existentes hoje? Quais são as propostas delas? Como elas chegam as nossas escolas? E como estão sendo recebidas nas escolas públicas brasileiras? Quais são as políticas atreladas a elas para melhoria da qualidade do ensino? Quais as mudanças, impactos delas para a organização do trabalho escolar?

A Escola Municipal João José dos Passos caminha na direção da sensibilização de sua comunidade escolar para a valorização dos resultados das avaliações externas e também para promover o reconhecimento da necessidade da

garantia dos direitos dos alunos de aprender. Esse trabalho vem sendo realizado na escola a partir da construção do Projeto Político Pedagógico, da participação dos docentes no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e também da realização do "Dia D". A análise dos resultados do IDEB foi um momento crucial para deixar a comunidade escolar a par dos resultados alcançados pela escola.

É necessário que a escola vá além da tomada de consciência da situação atual. É imprescindível que os índices melhorem e que os alunos avancem na construção de seu conhecimento e no seu entendimento de mundo. Esse compromisso com o cumprimento das metas previstas pelo Ministério da Educação para o IDEB de 2013 emite um sinal muito claro para os docentes, pais, gestores e demais envolvidos no processo: Não é apenas o índice que está posto ou a meta que precisa ser cumprida. É a garantia do direito do aluno à educação. Garantir esse direito é imprescindível, especialmente explicitado por Cury (sd, p. 2), quando defende que:

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil.

Assim a escola precisa estar consciente do papel que deverá assumir nessa situação uma vez que ela é a instituição mais próxima da população, especialmente a população formada pela classe trabalhadora, que tem condições de proporcionar uma educação para a "cidadania e seu exercício consciente".

1. O CONCEITO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR

A avaliação educacional é um assunto que traz grandes reflexões e instiga à polêmica que analisa a função da avaliação e seus sentidos ambivalentes: punitivo ou de verificação das aprendizagens. Os fatores que estão estreitamente relacionados à avaliação são muitos. Um deles, inclusive, é sua relação com a gestão escolar.

Muitos professores consideram a avaliação como fim do processo de ensino, onde o aluno será classificado como capaz ou incapaz de ter assimilado o conteúdo ensinado durante um tempo determinado. Nesse contexto os professores consideram que avaliar é emitir julgamentos sobre os alunos, atribuindo e aplicando uma sentença, um rótulo, caso os alunos não correspondam às expectativas dos professores.

Avaliar aquilo que os alunos aprenderam é avaliar também a escola e não só o trabalho dos professores em sala de aula, mas a escola como um conjunto, nos diversos segmentos que a compõem. Em sua análise sobre a qualidade da educação que também é defendida por organismos multilaterais como, por exemplo, a Unesco e o Banco Mundial, Dourado (2007, p.9) destaca:

Para definir a qualidade da educação, tanto a UNESCO como a OCDE utilizam o paradigma de insumo-processo-resultados. Nesse sentido a qualidade da educação é definida com relação aos recursos, materiais e humanos, que nela se investe, assim como em relação ao que ocorre no âmbito da instituição escolar e da sala de aula, seja nos processos de ensino e aprendizagem, nos currículos, e nas expectativas com relação a aprendizagem dos alunos. Destaca, ainda, que a qualidade da educação articula-se a avaliação, na medida em que afirma que, em que pese a complexidade do termo, ela pode ser definida a partir dos resultados educativos expressos no desempenho dos estudantes. No entanto, ressalta que determinar os níveis de desempenho alcançados pelos estudantes, não é suficiente se não for acompanhado de análises mais exaustivas que ajudem a explicar estes resultados a luz das distintas variáveis que gravitam em torno do fenômeno educativo.

A avaliação é um processo complexo. Ela nunca é neutra, uma vez que os aspectos políticos e sociais que permeiam esse processo transformam-se junto com a sociedade e a dinâmica histórica que se desenrola "(...) à medida que as sociedades se tornam mais complexas" (Sobrinho, 2004.p. 1).

A escola como um espaço de implementação de políticas públicas e ela mesma como um bem inalienavelmente público precisa ter claro que papel a avaliação assumirá em seu âmbito: um caráter controlador de quem legitima os resultados individuais perante a sociedade ou a preocupação de quem se debruça sobre o processo de construção do conhecimento adquirido ao longo da vida escolar. Para Dourado (2007, p. 6)

O avanço em termos de acesso e cobertura, principalmente no caso do ensino obrigatório, implica novas demandas de atendimento que se relacionam mais diretamente com as condições de permanência dos alunos na escola e as possibilidades de uma aprendizagem mais significativa. Há muitas formas de se enfrentar tal debate, desde a análise do processo de organização do trabalho escolar, que passa pelo estudo das condições de trabalho, da estrutura da escola, do currículo, da formação docente, até a análise de sistemas e unidades escolares que pode se expressar, por exemplo, nos resultados escolares obtidos a partir das avaliações externas. Além desses aspectos, é fundamental ressaltar que a educação, articula-se as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas.

A avaliação é uma tarefa complexa que compara os resultados dos alunos para constatar seus progressos e orientar o trabalho dos professores. O principal objetivo da avaliação em uma escola que se presta a formar filhos de trabalhadores não pode ser a memorização de informações, uma vez que há muita informação ao alcance dos discentes.

Nesta sociedade o mais importante é que a escola ensine a refletir sobre a realidade, relacionar essa realidade a novas ideias e ensine também a pesquisar, fazendo do conhecimento uma ferramenta imprescindível para o acesso e consolidação da cidadania. Por isso, avaliar não pode se resumir à atribuição de notas e aplicação de testes. Quando a escola se propõe democrática Navarro (2004, p. 1) defende que:

(...) todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo.

Sendo assim, repensar os processos de avaliação das escolas públicas

brasileiras é uma demanda e uma urgência, e se não discutido pelo coletivo da escola, passa a ser um fator de exclusão social. E assim, também as avaliações externas, se não debatida pelas esferas colegiadas existente na escola, mais uma ação de cima para baixo que passa a impossibilitar o processo de trabalho escolar e mais uma fator de exclusão nas escolas.

2. AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Para o processo de consolidação de uma escola consciente de sua função social "(...) o incremento da qualidade do ensino, a democratização da gestão da escola e tudo o mais somente tem sentido se voltados ao desenvolvimento dos alunos" (Souza, 2005, p. 2). Assim a avaliação institucional é uma estratégia de promoção de uma escola melhor para seus alunos e que serve à comunidade em que está inserida, de forma a incrementar a participação dos diversos segmentos que a compõem, para garantir o seu sucesso.

Sobre a prática de avaliação institucional para a garantia de uma educação de qualidade, Souza (2005.p. 2) declara:

(...) a avaliação do conjunto do trabalho da escola como instituição educativa como subsídio do processo de planejamento é um instrumento de gestão democrática desta instituição. Isto deve ter como ponto de partida o aluno, mas a avaliação institucional não se esgota nos elementos que podem ser observados diretamente nos alunos, é preciso considerar também aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico.

Para garantir uma Educação Básica de qualidade é imprescindível a adoção de políticas públicas que garantam o direito dos alunos de aprender e de viver plenamente sua cidadania. Gestores e professores atuantes e envolvidos com a escola, o desenvolvimento de boas práticas de ensino, a formação continuada são fatores que promovem a qualidade da educação.

2.1 As avaliações externas

A partir de 1990 o governo federal, impulsionado por diversos fatores, passou a implementar as avaliações nacionais: O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) em 1990, o ENC (Exame Nacional de Cursos), em 1995 e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em 1998, tiveram papel preponderante na implementação das avaliações denominadas externas, assim denominadas porque passaram a ser realizadas fora do ambiente escolar, organizadas e promovidas por sujeitos alheios a esse ambiente.

O SAEB atingiu todo o território nacional em 1995. Seu principal objetivo é ser

"(...) uma ferramenta de gestão escolar, uma vez que poderia apontar as falhas no sistema de ensino" (Souza, 2005. p. 2). A Avaliação Nacional de Rendimento Escolar - Anresc ou Prova Brasil é realizada a cada dois anos e, com a criação dessa avaliação externa, foi possível ao Governo Federal criar o IDEB - Índice de desenvolvimento da Educação Básica, em 2007. O principal objetivo do Ideb é que ele seja um indicador de qualidade da educação na educação básica.

No Saeb os alunos do quinto e do nono ano do Ensino Fundamental e do terceiro ano do Ensino Médio são avaliados a cada dois anos com testes sobre suas habilidades em Língua Portuguesa e Matemática. Além dos testes aplicados aos alunos há também questionários respondidos pelos professores, pelos alunos e pelos gestores das escolas, "(...) que objetivam apresentar respostas para possíveis tendências no desempenho escolar medido pelas provas" (Souza, 2005. p. 3).

Há muitas críticas ao Saeb pelos estudiosos do tema "avaliação" pelo país afora. Uma das principais críticas se faz em relação ao perigo de se imprimir um caráter competitivo ao sistema, que sirva para enfatizar a competição entre as escolas. No entanto mais importante ainda que o resultado do Saeb é o que se deve fazer com esse resultado. Sendo assim, faz-se necessário,

Refletir sobre como as escolas vêm, ou não, analisando e utilizando os resultados das suas práticas consolidados na Prova Brasil e no Ideb e estimular a apropriação competente do uso dos resultados por parte dos profissionais da escola são condições para assegurar a melhoria da qualidade das escolas. (Machado, 2012.p. 4).

Recentemente a rede pública de ensino estadual de Minas Gerais criou o Dia D - Toda escola deve fazer a diferença. O evento faz parte do Plano de Intervenção Pedagógica - PIP, programa que tem sido implementado nas escolas públicas mineiras. No Dia D (iniciativa pedagógica que envolve professores, pais, alunos, gestores e funcionários do setor administrativo da escola) são apresentados à comunidade escolar os resultados alcançados pelas escolas no Ideb e na Prova Brasil e no SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação), que é composto pelo PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização), que verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, e PROEB (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica) que avalia os alunos do quinto e do nono anos e sua proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

No Dia D também são discutidas, com todos os segmentos da comunidade escolar, quais as estratégias de intervenção pedagógicas que deverão ser utilizadas para que as metas propostas para a escola sejam alcançadas.

O Dia D é uma grande oportunidade que a escola tem para refletir sobre si mesma e sobre suas necessidades, incluindo seu processo de avaliação. Um momento ímpar que deve ser bastante aproveitado em suas diversas etapas, onde devem se solidificar os compromissos e se fortalecer os laços daqueles que estão imbuídos de um projeto de educação em comum: garantir o direito do aluno de aprender.

2.2 O Processo de avaliação no município de Esmeraldas – fatores internos e externos a aprendizagem

No município de Esmeraldas a avaliação é um processo que garante ao aluno diversas possibilidades de aprender e aos docentes as várias formas de garantir o direito do aluno sobre essa aprendizagem. O ano letivo é dividido em bimestres e cada professor tem a oportunidade de distribuir cem pontos em cada disciplina, sendo vinte e cinco em cada bimestre. O aluno que conseguir sessenta pontos será aprovado à série seguinte, tendo a oportunidade da realização da recuperação paralela em cada bimestre, com a exigência de 75% de frequência.

Há a previsão da reclassificação para os alunos com defasagem idade/série e para aqueles alunos com aproveitamento igual ou superior a 60%, mesmo que não tenham a frequência mínima exigida por lei.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental a avaliação é um processo que prevê a progressão automática dos alunos do primeiro, segundo e quarto anos, onde os alunos do terceiro e do quinto anos podem ser retidos caso os objetivos de aprendizagem não sejam alcançados. No entanto, na Escola Municipal João José dos Passos, mesmo esses casos de retenção, são analisados individualmente e muito discutidos entre os professores regentes, professores de tempo, coordenação pedagógica, família e equipe gestora.

No início de 2011 quando o município determinou a progressão automática nas séries citadas (1º, 2º e 5º anos) causou entre os professores, no princípio, uma certa revolta, pois eles se sentiam obrigados a aprovar os alunos mesmo que eles

não alcançassem os objetivos previstos para aquela série. Com a manutenção da determinação e a cobrança acirrada da equipe pedagógica da Secretaria de Educação, alguns dos professores passaram a ter uma certa insegurança na realização dos processos de avaliação dos alunos.

Atualmente a equipe pedagógica da Secretaria de Educação, através do Plano de Intervenção Pedagógica - PIP vem fornecendo instrumentos seguros para promover uma avaliação mais humana, que permite ao docente identificar as conquistas de seus alunos, ajudando-os a crescer tanto cognitivamente quanto emocionalmente.

Outro programa de formação continuada que está em andamento nas escolas públicas do município de Esmeraldas é o PNAIC - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Apesar de ser um programa que foi recentemente implantado nas escolas, foi recebido com muito respeito pelos educadores dos primeiros, segundos e terceiros anos do Ensino Fundamental, que tem contribuído muito para tornar a avaliação um processo inclusivo, democrático e de acolhimento.

Na Escola Municipal João José dos Passos uma forma de auto-avaliação, instituída em 2011 e que deu muitos resultados na questão disciplinar, foi o Conselho de Classe Qualitativo, onde os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental são convidados a fazer uma reflexão sobre seu trabalho no bimestre e emitem um juízo sobre seu compromisso com sua educação. Algumas vezes já foi necessário que a direção da escola interferisse no resultado desse conselho quando alguns pais ou alunos se dirigiram à escola para reclamar das notas atribuídas aos alunos nessas ocasiões. No começo a resistência dos professores a essas interferências foi grande pois não aceitavam que a direção da escola participasse dessas decisões. No entanto a equipe de gestão foi muito firme na defesa dos direitos dos alunos de terem uma avaliação justa, uma vez que determinados membros da equipe docente transferiam para o Conselho de Classe problemas pessoais que em nada contribuíam para a construção do conhecimento dos alunos. Felizmente esse problema já está superado pelo compromisso e responsabilidade das equipes que compõem os quadros da escola.

Outra forma de avaliar os alunos, que vem de encontro aos anseios da comunidade escolar, principalmente dos pais e da equipe de gestores, é a aplicação do simulado bimestral. Esse procedimento gera custos à escola, mas vem sendo mantido como uma forma também de preparar os alunos para avaliações externas e

com o objetivo de oferecer a eles uma oportunidade de vivenciar uma experiência mais sistemática de avaliação de seus conhecimentos. A Supervisora procura identificar os alunos que estão com mais dificuldades para que eles sejam acompanhados sob um olhar mais cuidadoso da equipe pedagógica e da família.

3. AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E O IMPACTO SOBRE O TRABALHO ESCOLAR

Na Escola Municipal João José dos Passos a análise dos resultados da Prova Brasil e do Simave (Proalfa e Proeb) implicou diversas ações que influenciam diretamente no trabalho escolar e no cotidiano da escola, uma vez que a escola não está alheia à implantação das avaliações externas e logicamente há uma preocupação de todos com os resultados dessas avaliações.

Com a divulgação dos resultados da Prova Brasil de 2011, uma das primeiras providências da equipe gestora foi convidar para assumir as turmas do quinto ano, em 2012, professores com o perfil adequado para lidar com os pré adolescentes atendidos pela escola nesta etapa da Educação Básica. Com o apoio da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação também foi desenvolvido um trabalho diagnóstico sobre as principais dificuldades dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, para que as professoras regentes pudessem ter um ponto de partida para iniciar seu trabalho.

Os professores que receberam os alunos no sexto ano naquela ocasião reclamaram muito das turmas e foi necessária a implementação de um projeto de intervenção capaz de sanar as dificuldades dos alunos que foram promovidos do quinto para o sexto ano.

Essas medidas surtiram efeito refletido na avaliação do SIMAVE, que foi realizada em 2012. Com a divulgação dos resultados foi possível notar uma melhora significativa nos resultados dos alunos do quinto ano, que passaram em sua maioria, do nível baixo de proficiência para o nível recomendado, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Resultado que foi muito comemorado pela escola. Mesmo assim o número de alunos que se encontra no nível recomendado na escala de proficiência ainda está aquém do desejado.

Quanto aos anos finais do Ensino Fundamental, percebeu-se já no SIMAVE (Proeb) que as turmas do nono ano, apesar de estarem dentro das metas previstas para o IDEB de 2011, apresentaram uma queda significativa principalmente em Matemática, além de uma queda menos acentuada em Língua Portuguesa, em 2012.

No ano letivo atual esses resultados dos anos finais do Ensino Fundamental foram acolhidos pela equipe de profissionais em exercício na escola com grande preocupação e a certeza de que todos devem trabalhar para melhorar os resultados dos alunos. Assim, a coordenação pedagógica promoveu uma avaliação diagnóstica e, a partir dos resultados dela, passou a implementar seu Programa de Intervenção Pedagógica com base nos descritores, ou matrizes de referência curricular adotados no SAEB e no SIMAVE para as avaliações de Língua Portuguesa e Matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje, principalmente para a maioria das famílias o tema avaliação é determinante de uma prática condicionada ao vexame da reunião bimestral para a entrega de resultados onde uma prática classificatória e excludente expõe essas famílias ao sofrimento desnecessário, envergonhando-as.

Essa postura da escola de certificadora do conhecimento precisa ser modificada e avançar em seu significado, deixando para traz sua forma prescritiva, trazendo para a avaliação um novo significado, para que seja vista pela comunidade que compõe a escola sob um olhar que propiciará novos significados e novos usos.

A avaliação em um conceito ampliado deixa de se concentrar apenas no aluno e passa a perceber outros matizes e outros sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Passa a se preocupar com o professor, com o ambiente, com as relações interpessoais e com os métodos de produção do conhecimento. Essa avaliação que se preocupa com os novos olhares e as novas formas de se compreender a própria avaliação como um processo e deixa de lado o conceito de avaliação como um fim em si mesmo.

A sociedade precisa pensar na avaliação como um processo que se realiza com o propósito da democratização do saber. Essa avaliação é reconhecidamente qualitativa e "(...) aponta as dificuldades e possibilita a intervenção pedagógica a tempo" (Nadal, 2002. p 121).

Sendo assim, deve-se ter clareza dos objetivos das avaliações internas e externas. Entendendo como um processo significativo para o coletivo da escola e que precisar ser discutido, repensado por este coletivo, nas esferas de participação colegiadas das decisões, e por meio disto organizar o trabalho escolar realmente condizente com as expectativas dos alunos, pais, professores, direção, comunidade, consolidando a perspectiva de gestão democrática também na e para avaliação, até então vista como um espaço de decisão de alguns, e assim, com um olhar antidemocrático. Mudar a lógica instituída demanda tempo e insistência pelos sujeitos que compõem a realidade escolar, mas não é algo que deve ser ignorado.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/09/2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** 2007. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em 16/09/2013.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação externa e gestão escolar: Reflexões sobre usos dos resultados.** 2012 Disponível em http://www.unicid.br/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf. Acesso em 16/09/2013.

NADAL, Beatriz Gomes e LEÃO, Terezinha de Jesus Evangelho. **Avaliação do Ensino e da Aprendizagem.** Olhar de professor, Ponta Grossa, 1: 119-127, 2002. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 16/09/2013.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola.** Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/09/2013.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação e Sociedade. Vol 25, nº Especial. Campinas. Outubro de 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** 2005. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 16/09/2013.



ESCOLA MUNICIPAL JOÃO JOSÉ DOS PASSOS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO JOSÉ DOS PASSOS**

**KEZIA NATÁLIA CASTRO DA SILVA
SILVIA SUELY AMARAL DE SOUZA**

BELO HORIZONTE – MG

2013
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO JOSÉ DOS PASSOS
ESMERALDAS – MG

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para a conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob a orientação da Professora Jeanne Rodrigues, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE – MG
2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	4
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	6
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
4.1 Tempos e espaços escolares no Brasil: breve evolução histórica.	15
4.2 A divisão do tempo e do espaço na Escola Municipal João José dos Passos no primeiro turno.	16
4.3 A divisão do tempo e do espaço na Escola Municipal João José dos Passos no segundo turno	18
4.4 Tempo e espaço para planejamento e realizações.	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	24
6.1 Relações entre alunos	25
6.2 Relações entre alunos, professores e pais	25
6.3 Relações entre professores e a direção da escola	26
7. AVALIAÇÃO	27
7.1 A LDB e a avaliação na Escola João José dos Passos	28
7.2 Avaliação dos Alunos	29
7.3 Avaliação dos Profissionais	30
7.4 Avaliação do PPP (Projeto Político Pedagógico)	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS.....	XX

INTRODUÇÃO

A educação é absolutamente necessária para que o ser humano se realize como tal, exercendo seu papel transformador na sociedade. A educação formal e os sistemas escolares participam desse processo com importante contribuição pois, para Hadad (2004, p. 3) “Nas sociedades modernas, o conhecimento escolar é quase uma condição para sobrevivência e bem estar social”.

O projeto político pedagógico da Escola Municipal João José dos Passos nasce com a responsabilidade de consolidar dentro da escola os ideais de gestão democrática e participação social preconizados por Azevedo (2010, p. 1) quando afirma que:

é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social.

O principal objetivo da construção desse PPP é a afirmação da autonomia da escola mediante os desafios que estão postos para a consolidação da escola como um espaço democrático de diversidade cultural e na intensa transformação das relações sociais que se estabelecem, se constroem e se afirmam no espaço escola, promovendo a interação, a convivência de saberes e o fortalecimento da afirmação de papéis a desempenhar por todos os que compõem a comunidade escolar. A importância do PPP é o compromisso que o documento deve ter com a realidade da escola, apresentando-a com suas características, possibilidades e dificuldades. Oliveira (2010, p. 1) destaca que:

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

O grande desafio é fazer deste documento um instrumento eficaz da democratização do ensino nesta unidade escolar, promovendo entre a comunidade a necessidade e "a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação públicas". (Souza, 2009).

1. FINALIDADES DA ESCOLA

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394/96 em seu artigo 22 afirma que a educação básica tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. É preciso compreender que na sociedade a educação formal e os sistemas escolares participam desse processo com importante contribuição.

Mediante essa realidade, a Escola Municipal João José dos Passos procura, a partir das orientações da Secretaria Municipal de Educação, cumprir o papel de ser um instrumento do poder público que presta um serviço de extrema importância para a comunidade na qual está inserida. Busca garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, o cumprimento do calendário de duzentos dias letivos, trabalhando em parceria com o Conselho Tutelar, quando necessário e garantindo que os estudantes recebam uma educação de qualidade.

De acordo com diversos documentos e com base na legislação pertinente ao assunto, Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020-PL 8035/2010, Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, Resoluções da Secretaria de Estado de Educação, Pareceres do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação/MG, Regimento das Escolas do Município de Esmeraldas, Lei Municipal 1319/91 (Estatuto do Servidor), Lei Municipal 2364/2011 (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - PCCV) entre outros, a Escola Municipal João José dos Passos tem como principal objetivo a formação de cidadãos autônomos, participativos, sujeitos críticos e criativos, sensíveis às questões socioculturais e ambientais, com valores e princípios éticos e morais de solidariedade, respeito à vida, amizade, além da formação de um cidadão atuante na sociedade, comprometido com uma mudança no comportamento social que se volte para o bem comum.

A própria evolução da sociedade exige a autonomia da escola e a prática da gestão democrática. A evolução social exige um posicionamento crítico mediante as questões postas sobre a exploração, a violência e os avanços industrial e tecnológico que exige um novo olhar e uma nova postura mediante tantos desafios

interpostos à escola e aos indivíduos que estão sob a sua tutela. Souza (2000. p. 1), declara que

É preciso responder à indagação sobre que aluno se deseja formar em tempos de processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

A finalidade da Escola Municipal João José dos Passos é preparar o educando para enfrentar a vida, o mercado de trabalho e para encontrar soluções para os conflitos que venham de encontro aos seus anseios promovendo os valores de solidariedade e partilha. De acordo com Wittmann (2000 p. 90),

O conhecimento, como base material das relações, permite o estatuto da parceria. (...) O conhecimento como processo e (re) construção é emancipador e exige ampliação da autonomia-cidadania das pessoas. Para contribuir nesta ampliação, a escola deve ser autônoma-cidadã e co-responsavelmente assumida, isto é, democraticamente gerida.

Por isso o educando da Escola Municipal João José dos Passos deve ser pensado como sujeito autônomo, pensante e político, que está em constante aprendizagem em seu meio de interação social. Esse educando não pode ser formado como um mero repetidor de informações, uma vez que Wittmann (2000, p. 92) destaca:

O objeto específico do trabalho escolar não é o conhecimento como produto, como informação ou como saber historicamente acumulado pela humanidade. Caso assim fosse, o objetivo seria passar este conhecimento, e o ato pedagógico consistiria em transmissão e assimilação de conhecimento. Trabalhar-se-ia, prioritariamente, a memória e os alunos seriam eternos repetidores, porque aprenderiam a copiar e repetir, uma vez que o ato pedagógico estaria centrado na palavra do outro.

É imprescindível que a escola desperte em sua clientela o desejo de aprender, a paixão por conhecer e a oportunidade de compreender que o conhecimento é importante e decisivo na tomada de decisões, na atuação como sujeito histórico e social que decide. E a tratar a construção do conhecimento como um processo de descoberta, reflexão e reconstrução do pensamento acerca das questões impostas pela condição de ser e estar no mundo. Pois, para satisfazer as exigências dessa sociedade, que apresenta um desenvolvimento altamente tecnológico, é necessário articular as informações disponíveis transformando-as em conhecimento.

Nesse contexto o professor deve se tornar o facilitador da aprendizagem tornando “o aluno o foco central do sistema educativo, de modo que ele seja ativo no processo de aprendizagem” (Dourado, 2007, p. 13) uma vez que, de acordo com Lopes (2010):

São demandadas mudanças urgentes na escola, a fim de que garanta formação competente de seus alunos, de modo que sejam capazes de enfrentar criativamente, com empreendedorismo e espírito crítico, os problemas cada vez mais complexos da sociedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O grande desafio proposto pela sociedade brasileira, enfatizado por diversas ações de agências internacionais em documentos como a Declaração dos Direitos da Criança (1956), o PIDESC (Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966), a Declaração de Jomtiem (1990) a Constituição Federal (1988) e a LDB 9394/96, é a oferta de uma educação de qualidade para todos. É importante a realização de um trabalho comprometido com a qualidade da educação que está sendo ofertada aos educandos que estão sob a responsabilidade do poder público em uma unidade de ensino.

A organização de uma escola prevê um trabalho incansável para a administração de uma instituição complexa e com necessidades específicas e diversificadas, que abriga sujeitos únicos e saberes e fazeres múltiplos políticos, sociais e pedagógicos. Paro (1999, p. 1) afirma que

o caráter mediador da administração manifesta-se de forma peculiar na gestão educacional, porque aí os fins a serem realizados relacionam-se à emancipação cultural de sujeitos históricos, para os quais a apreensão do saber se apresenta como elemento decisivo na construção de sua cidadania

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal João José dos Passos, localizada no município de Esmeraldas, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, à Rua Duque de Caxias, número 45, no bairro Recreio do Retiro, com o CEP 35740-000, telefone 31-3538-0316 e endereço eletrônico emijp@yahoo.com.br, pertence à rede pública municipal de ensino. Está em uma região de extrema pobreza que sofre com a perda de jovens, vítimas do tráfico de drogas e da violência urbana. O bairro localiza-se no

entorno de uma penitenciária de segurança máxima e problemas dentro dessa penitenciária afetam diretamente o cotidiano da escola, bem como da comunidade: rebeliões, julgamento de algum detento com grande repercussão na mídia, reformas administrativas na penitenciária, reivindicações dos detentos, etc. Tal condição tem sido um dificultador para a garantia de direitos fundamentais de acesso dos estudantes à escola, como por exemplo, a garantia de duzentos dias letivos.

O bairro não conta com infraestrutura de lazer à disposição das crianças e dos jovens. Não há praças, nem espaços para a prática de esportes e os únicos equipamentos do poder público em funcionamento no bairro são a escola e um pequeno posto de saúde. Além das Igrejas Cristãs (Católicas e Evangélicas) a escola é um dos poucos lugares que crianças e adolescentes podem frequentar com segurança.

O bairro Recreio do Retiro conta com apenas uma rua asfaltada e algumas ruas calçadas. Há muitas ruas que não contam nem mesmo com o calçamento. O bairro é servido por duas linhas de ônibus da empresa Viação Novo Retiro. A empresa é parceira da escola e fornece, dentro de suas possibilidades, transporte para os alunos em excursões agendadas com antecedência. No ano de 2008 um dos alunos da escola foi tragicamente atropelado, vindo a óbito, por um dos ônibus da Viação Novo Retiro. Talvez, por esse acontecimento, ainda muito recente na vida da comunidade, a maioria das famílias dispensa muito cuidado com seus filhos e filhas. Há casos de negligência, mas são raros.

A Escola Municipal João José dos Passos recebeu esse nome após um processo de eleição, onde os pais e alunos foram convidados a votar. Os funcionários da escola não participaram dessa votação. Foi escolhido esse nome porque o senhor João José dos Passos, sendo morador antigo do bairro, muito contribuiu para o crescimento da comunidade, ajudando os vizinhos recém-chegados ao Bairro Recreio do Retiro em uma época que não havia o fornecimento de água e energia elétrica. Essa homenagem foi uma forma de agradecer as contribuições valiosas que o senhor João José proporcionou a essa comunidade. Assim, a escola nasceu sob a égide da solidariedade, da partilha. Esse processo foi realizado em 2008.

A escola foi inaugurada em 2009 e, atualmente, atende 600 alunos na escola sede (304 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no primeiro turno, e 296 nos anos finais, no segundo turno) e 100 alunos no anexo de Educação Infantil,

distribuídos em seis turmas de primeiro e segundo períodos. Os alunos da Educação Infantil são atendidos em um prédio cedido pela Associação de Moradores do Bairro Recreio do Retiro e, apesar de esse anexo, administrativamente estar ligado à Escola Sede, pedagogicamente conta com uma Coordenação independente, que organiza as atividades e a forma de promoção da construção do conhecimento dos alunos e alunas de 4 e 5 anos.

A escola conta com 12 salas de aula, a maioria delas comporta trinta alunos. Uma das salas comporta apenas dezessete alunos. Os corredores são amplos e as salas são bastante arejadas. Todas as salas contam com ventiladores. Há também uma biblioteca e as salas do bloco administrativo: sala dos professores, secretaria, sala da supervisão pedagógica e sala da direção. Há também dois banheiros utilizados pelos funcionários da secretaria, da portaria e pelos professores. Os funcionários contam com um forno de micro-ondas para o preparo de refeições rápidas.

As salas de aula contam com quadro de giz, carteiras e mesas. Nem todas as salas apresentam mesas para o uso dos professores e eles precisam improvisar para contar com esse equipamento em sala. Os alunos têm à sua disposição dois banheiros: um masculino e um feminino. Em 2011 a escola foi contemplada com a instalação de um Telecentro e os equipamentos foram entregues, mas não foram instalados e a escola não possui um laboratório de informática nem acesso à internet. Também não possui laboratório de Ciências.

Os alunos contam também com espaços ao ar livre para frequentar: dois parquinhos, uma quadra de esportes coberta, e uma horta. A esse espaço os alunos só têm acesso com a companhia de um adulto responsável, que cuide de sua segurança enquanto eles lá permanecem. Há um espaço para estacionamento de veículos.

Na entrada da escola, próximo aos muros, há jardineiras, onde foram plantadas grama e plantas ornamentais diversas e, a pedido dos alunos, construíram-se bancos em alvenaria. No parquinho preparado para os alunos dos anos iniciais foi construída uma casinha e foi também providenciada uma área gramada. Foi providenciada uma cerca em forma de serpentina, uma vez que o muro, em determinado ponto do terreno, é muito baixo. Também foram colocadas grades na entrada dos corredores, deixando livre o acesso à Biblioteca, à sala onde funcionará o Telecentro e à Secretaria.

A escola também conta com uma cantina, equipada com duas geladeiras, dois fogões industriais, um deles com forno, pias, tanque e bancadas. Conta também com um freezer e uma despensa. O acesso à cantina é restrito às pessoas que trabalham nesse setor. A escola conta com um depósito próximo à cantina para guardar materiais diversos utilizados na limpeza. Lá também se encontram equipamentos da escola que não têm conserto, mas que não podem ser jogados fora e também mangueiras e ferramentas diversas. Nessa área também a escola conta com um banheiro e um tanque, além de uma pequena sala onde se guardam as vassouras e os funcionários auxiliares administrativos podem trocar de roupas e guardar seus pertences.

Na secretaria os profissionais em exercício na escola contam com dois computadores, uma impressora multifuncional, com capacidade para dez mil cópias por mês, armários, arquivos. Lá são lotados três funcionários: duas auxiliares de secretaria e uma secretária que se revezam para cobrir o horário de funcionamento da escola de sete às dezessete horas e vinte minutos, no atendimento ao público externo e aos funcionários da escola. Na secretaria também não é permitida a entrada e a permanência de pessoas que não sejam do setor, exceto com permissão da direção, uma vez que a responsabilidade com a guarda dos documentos ali é muito grande e o trabalho das auxiliares e da secretária exige concentração para ser realizado.

A escola está administrativamente atrelada à Secretaria de Educação e tudo depende da autorização do Secretário e seus assessores. Compra de material para manutenção da escola, envio de merenda e material de limpeza, contratação de professores substitutos, tudo passa pela Secretaria de Educação. O cardápio utilizado na preparação da merenda escolar é enviado por uma nutricionista da Secretaria para as escolas municipais. Uma vez por semana é obrigatório servir aos alunos um lanche denominado no cardápio de “merenda doce”.

A equipe de manutenção da estrutura física das escolas é da Secretaria de Educação. É uma equipe pequena e isso causa muitos transtornos uma vez que há muitos problemas e muitas escolas para manter. Problemas nas instalações elétricas são frequentes e nem sempre é possível contar com a equipe de manutenção da Secretaria de Educação para resolver, às vezes torna-se necessário recorrer a alguém da comunidade.

A única verba que a escola recebe são recursos vindos do PDDE, que são

aplicados na escola com autonomia do Colegiado e do Caixa Escolar. Alguns eventos realizados durante o ano letivo são também fontes de arrecadação própria da escola, como a Festa Junina e a Festa da Primavera.

A escola tem dezesseis professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como são doze turmas elas são doze professoras regentes e três professores regentes de tempo que trabalham com os conteúdos específicos de História e Geografia. Há também uma professora de Educação Física, que atende a todas as turmas com uma aula por semana em cada uma. Dentre esse grupo de professores que atua na escola no turno da manhã há cinco deles que são efetivos. Todos os outros são contratados. As funcionárias que trabalham na portaria, uma das auxiliares de serviço escolar e um auxiliar de biblioteca também são efetivas, bem como a Secretária escolar. As quatro funcionárias que atuam na cantina são contratadas

A professora que atua como Supervisora no primeiro turno, a convite da direção, está na Supervisão desde abril de 2013. É uma demanda da categoria para que se realize um concurso público para que todos os cargos vagos possam ser ocupados por funcionários públicos efetivos.

A equipe gestora da Escola Municipal João José dos Passos é formada por uma diretora e duas vice-diretoras e cada uma das vice-diretoras da escola sede passou a se organizar em um turno de trabalho, cuidando das especificidades e das necessidades de cada turno. O cargo de diretor é de dedicação exclusiva, com jornada de quarenta horas semanais. Cabe ao diretor da Escola Municipal João José dos Passos gerir os recursos financeiros que chegam à escola de forma responsável e absolutamente transparente e cuidar para que os alunos e alunas desfrutem de um ambiente limpo, com manutenção adequada e uma alimentação bem preparada.

A vice direção atua junto à Coordenadora Pedagógica para a implementação de projetos, no atendimento aos pais e também junto aos alunos em intervenções pontuais em questões de disciplina e problemas relacionados ao aprendizado, ao relacionamento com os professores e na resolução de conflitos que são dirimidos em reuniões específicas para esse fim ou em conversas individuais.

Essa atuação das vice-diretoras deixa a diretora da escola mais livre para organizar as questões administrativas, como o acompanhamento dos trabalhos da Secretaria, na escrituração de documentos, escalas de serviço, necessidades de saída para reuniões, controle do livro de ponto, organização de orçamentos e de

documentos necessários à prestação de contas do Caixa Escolar, entre muitas outras questões que envolvem o trabalho de um diretor de escola. O cargo de vice-diretor compreende uma jornada de vinte e quatro horas semanais.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

O calendário escolar é construído pela equipe pedagógica da Secretaria de Educação, baseado na proposta de calendário escolar da rede estadual, respeitando-se os feriados municipais e registrando os períodos de avaliações bimestrais, os conselhos de classe, as atividades culturais, distribuídos nos duzentos dias letivos que compõem o calendário, obrigatoriamente. O ano letivo está dividido em quatro bimestres.

Na rede pública municipal de Esmeraldas, após a aprovação do PCCV (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos) se instituiu que os professores dos anos iniciais deveriam ter, em sua jornada de 24 horas semanais, quatro horas para planejamento das atividades. Essas horas devem ser cumpridas na escola, no horário de trabalho do professor. Assim foi criada a figura do Professor 1.3 (um ponto três). Além desse professor, também chamado de Professor de Tempo ou Regente de Tempo, ainda garantiu-se o professor de Educação Física para alunos dos anos iniciais, uma vez que os professores regentes seriam substituídos uma vez por semana pelo professor de educação física e três vezes por semana pelo regente de tempo, com aulas de Geo-História em cada turma. Assim a Lei do PCCV fez com que a figura do Professor eventual deixasse de existir.

É garantido às professoras regentes uma quota de quatro cópias por semana por aluno para que elas possam organizar seu trabalho em sala de aula. As matrizes são avaliadas pela supervisora. Para padronizar as matrizes e avaliações, bem como os bilhetes e documentos da escola ou expedidos pela secretaria foi criado um cabeçalho que foi distribuído aos professores e deve ser utilizado sempre. Isso facilita o reconhecimento da família sobre a proposta da escola, promove a identificação dos docentes com a escola, uma melhor organização do trabalho pedagógico e uma identificação visual muito particular daquilo que está sendo oferecido aos educandos, evitando também a falsificação de documentos, contribuindo para a segurança dos alunos.

Para atender aos alunos e alunas dos anos finais no segundo turno, em suas

onze turmas, a escola conta com dois professores de Ciências, três professores de Matemática, três professores de Língua Portuguesa, dois professores de Geografia, dois professores de História, uma professora de Inglês, uma professora de Educação Física, uma de Artes e uma de Ensino Religioso.

Para auxiliar diretamente à Supervisão e à Direção nas questões relacionadas à disciplina e ao cumprimento das regras da escola pelos alunos há a presença de uma auxiliar de serviços escolares que organiza a entrada dos alunos e coordena questões como uso de uniformes, observação do horário de entrada e movimento dos alunos na hora do recreio.

Atualmente há vários projetos em andamento que são da responsabilidade da supervisão no segundo turno: o projeto de intervenção, que incentiva os alunos a buscar o conhecimento através da leitura e da interpretação de textos e do desenvolvimento de habilidades lógico-matemáticas. A culminância desse projeto é bimestral, quando há a aplicação de um simulado com três questões de matemática e de língua portuguesa e duas questões das demais disciplinas.

O simulado tem a intenção de preparar os alunos e alunas para enfrentar concursos públicos, avaliações externas e simular situações vivenciadas no cotidiano de estudantes brasileiros, uma vez que há uma exigência cada vez maior da sociedade para uma preparação para o enfrentamento do mercado de trabalho. Há também a preocupação de intensificar a compreensão de leitura.

O momento cívico veio em razão da lei 12.031/2009 que obriga os estabelecimentos de ensino que atendem ao Ensino Fundamental a executarem semanalmente o Hino Nacional. Esse projeto se desenvolve na escola, nos dois turnos. Também é utilizado para mostrar trabalhos que se destacaram durante a semana, premiações em campeonatos internos ou externos, parabenizar atitudes que merecem ampliação por virem de encontro aos objetivos da escola.

Um projeto que é realizado na escola é o Conselho de Classe Qualitativo que traz a oportunidade de reflexão do corpo docente e discente a respeito do comprometimento de cada um com a construção de seu conhecimento: fazem parte desse projeto o Diário de Bordo e a reunião bimestral com cada turma, na presença do grupo de professores, onde cada aluno avalia e é avaliado a respeito de seu comportamento durante o bimestre.

Atualmente há o PIP (Projeto de Intervenção Pedagógica) que tem por objetivo mobilizar toda a comunidade escolar para que a escola possa cumprir as metas

estabelecidas pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O PIP está sendo abraçado pela escola nos dois turnos.

A participação dos professores do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental) no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem sensibilizado esse grupo para a necessidade de garantir aos estudantes o seu direito de aprender a ler até os oito anos. Sinal de que a formação continuada do Corpo Docente deve ser prioridade no Sistema Educacional. Direção e Vice-Direção estão sempre envolvidas nas questões disciplinares e que envolvem problemas de ordem afetivo-emocionais apresentados pelas crianças e adolescentes atendidos na escola.

3. CURRÍCULO

Desde a publicação e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1995 muito já se caminhou no que diz respeito ao currículo na escola pública. Atualmente com a utilização das avaliações externas é possível verificar com facilidade que a construção do currículo é um desafio para a diversidade cultural presente na sociedade. Esse desafio consiste em articular e respeitar essa diversidade e a não compartimentalização dos conteúdos.

O currículo é uma seleção cultural de todas as concepções que interferem diretamente na vida da sociedade e tem influências de tudo o que se cria na cultura, na ciência e nas diretrizes pedagógicas de cada época. Os sistemas educativos e a produção de meios e expectativas de aprendizagem interferem na organização curricular. O currículo não é neutro e nem um objeto estático. É uma expressão formal e material de um projeto. E envolve todos os aspectos que dizem respeito à vida da escola. E além. É preciso pensar no currículo para além dos muros da escola. (Moreira, 2010)

Trabalhar de uma forma mais integrada articulando o comum com o plural e a igualdade com a diferença, tornando o conteúdo muito mais significativo em uma escola que leva em consideração a comunidade onde ela está inserida é um desafio que tem se tornado possível graças ao compromisso dessa escola com seus alunos e alunas. A partir dessas ações a escola vai se tornando gradativamente um espaço de reflexão e de diálogo. De acordo com Oliveira (2008, p. 542) “a escola e o currículo sofrem influências poderosas de todas as modificações do mundo,

recebendo constantes desafios da sociedade, da comunidade onde está inserida, dos próprios alunos e dos professores”.

O currículo é uma construção e reconstrução da produção cultural, da compreensão da diversidade, da discriminação e da desigualdade social. A escola não pode abrir mão da predominância da perspectiva científica do currículo. O planejamento é a base de tudo o que acontece na escola e o currículo não pode ocorrer de qualquer modo, sendo que o planejamento precisa estar aberto às mudanças que ocorrem durante o período letivo.

O trabalho docente dos professores dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental se organiza através da Proposta Curricular de Ensino da Secretaria de Educação. Tal proposta foi construída no ano de 2011 pela equipe pedagógica da Secretaria, com a participação dos professores de cada ano do Ensino Fundamental. A partir dessa proposta os professores decidem, em conjunto com a Supervisão e apresentando um plano de trabalho, quais as ações a serem tomadas a cada bimestre nas diversas áreas do conhecimento para uma efetiva construção do conhecimento por parte dos alunos.

Muito além do conteúdo a ser trabalhado essa proposta prevê o desenvolvimento de atividades de efetiva construção do conhecimento, do desenvolvimento de experiências de letramento a serem realizadas para a consolidação da competência leitora dos alunos para a transformação de sua realidade e para a transformação da sociedade e superação das desigualdades.

Para Cavaliere (2007, p. 6)

Como concepção geral, o multiculturalismo defende uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias étnicas, a pluralidade de doutrinas, os direitos humanos, eliminando os estereótipos, ampliando o horizonte de conhecimentos e de visões de mundo. O pós-modernismo na educação trabalha mais com o significado do que com o conteúdo, muito mais com a intersubjetividade e a pluralidade do que com a igualdade e a unidade. Não nega os conteúdos. Pelo contrário, trabalha para uma profunda mudança deles na educação, para torná-los essencialmente significativos para os estudantes.

A escola preocupa-se em oferecer aos alunos um currículo diversificado, baseado na concepção de cultura e diversidade, no respeito às diferenças, que esteja além de uma mera repetição de fórmulas. É necessário apresentar um currículo que proporcione o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da solidariedade e da convivência cidadã.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

4.1 Tempos e espaços escolares no Brasil: breve evolução histórica

Para Leão, et al (2009, p. 7)

O espaço escolar não é neutro e está impregnado de signos, símbolos, de marcas de quem o produz, organiza e nele convive, pois tem significações afetivas e culturais e por isso deve ser estudado como parte integrante na formação do discente. Esse espaço de vivência representa uma experiência decisiva na aprendizagem e na formação das primeiras estruturas cognitivas e em sua materialidade, propiciam experiências espaciais que são fatores determinantes, dentre outros, do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem significativa. Isso porque é um espaço de aprendizagem, de transformação e aquisição do conhecimento, que proporciona a capacidade de criação e interpretação de mundo pelo indivíduo

A discussão a respeito dos tempos e espaços escolares tem sido objeto cada vez maior de estudo. São temas que constituem uma preocupação de teóricos, gestores, docentes e todos os envolvidos nos processos de ensino aprendizagem. Faria Filho (2000, p. 21) declara que:

Ao analisar o processo de escolarização primária no Brasil, atentando para questões referentes aos espaços e tempos escolares e sociais (e aos métodos pedagógicos), temos a possibilidade de interrogar o processo histórico de sua produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas de fazer a e do fazer-se da escola e de seus sujeitos

As primeiras escolas criadas no Brasil, ou escolas de improviso (sec XVIII e XIX) funcionavam em espaços improvisados (Faria Filho, 2000). Havia ainda as escolas domésticas que funcionavam na casa dos pais que se interessavam pelo aprendizado de seus filhos. Mediante esse quadro de precariedade foi-se criando a consciência da necessidade de construção de prédios onde só funcionariam escolas.

Com o advento da República os espaços escolares foram modificados, sendo que prédios suntuosos passaram a ser construídos. A essa época surgiu também uma nova forma de relacionamento entre o tempo, a escola e a sociedade. Se antes a escola se adaptava a vida das pessoas, agora tornava-se necessário que as pessoas se adaptassem às formas de dispor do tempo impostas por uma nova escola, que estava de acordo com o ideais republicanos de “educação racional e científica”. (Faria Filho, 2000. p. 25).-

A partir de 1930 a construção de escolas passou a apresentar traços mais simples e a preocupação voltou-se para a funcionalidade dos prédios. O tempo e o espaço escolar é um conjunto de fazeres e práticas que refletem a diversidade e a cultura da sociedade. A escola é local de convivência, do desenvolvimento da solidariedade, da cidadania e do respeito por si e pelo outro.

4.2 A divisão do tempo e do espaço na Escola Municipal João José dos Passos no primeiro turno

A partir de 2013 o ano letivo da Rede Pública do Município de Esmeraldas passou a ser organizado em bimestres. De acordo com o Artigo 24 da LDB 9394/96 o ano letivo se organiza com uma carga mínima de 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos, no mínimo. Essa determinação vale para os alunos do primeiro e do segundo turnos e também para os alunos do anexo. Cabe ao Diretor zelar com propriedade para que a lei seja cumprida e o direito do aluno respeitado.

Na Escola Municipal João José dos Passos as aulas dos alunos do primeiro turno tem início às sete horas e encerram-se às onze e vinte da manhã. Para garantir o atendimento desses alunos e alunas os funcionários da cantina precisam chegar à escola às seis e vinte da manhã, uma vez que um café é oferecido aos alunos às seis e cinquenta. Há ainda um grupo de aproximadamente 40 alunos chega à escola às seis e meia, trazido pelo transporte escolar municipal. Esse grupo vem do Bairro Recanto Verde e precisa ser acolhido na escola.

As auxiliares de serviço escolar organizam a sala dos professores e providenciam equipamentos a serem utilizados na entrada: microfone e equipamentos de som.

Os pais mães, tios, avós e irmãos maiores dos alunos são trabalhadores. Muitos vem para o ponto tomar a condução para o trabalho e já deixam suas crianças pequenas sob os cuidados da escola. É absolutamente necessário que a Secretaria esteja funcionando nesse horário, pois as pessoas vêm para solicitar documentos importantes para utilizar em sua jornada diária. Às vezes é o único momento que as pessoas têm para conversar com a Supervisão, dar ou receber alguma informação importante sobre a vida escolar do aluno pelo qual é responsável. Isso mostra que a escola precisa estar preparada para atender as famílias na hora que ela podem vir à escola, mesmo que isso acarrete algum

transtorno, sob pena de não ter nunca o contato necessário com os responsáveis por determinados alunos.

Um dos grandes nós no atendimento dos alunos do primeiro turno é a hora do intervalo. Garantir vinte minutos de descanso para os professores e os alunos é um grande desafio. Várias tentativas de solucionar esse problema já foram negociadas com o grupo e, atualmente, decidiu-se por “separar o recreio”. Os alunos do primeiro e segundo anos e suas professoras usufruem de seu intervalo às nove horas e, às nove e vinte, os alunos do terceiro, quarto e quinto anos. Isso acarreta diversos problemas por causa do barulho que interfere diretamente no trabalho realizado em sala de aula, uma vez que num tempo de quarenta minutos há alunos fora de sala.

Essa medida foi tomada pela dificuldade de controlar episódios de brigas, acidentes com quedas e machucados graves entre os estudantes. O maior prejuízo é a separação do grupo de professores que não se encontra mais no intervalo para a convivência e a troca de ideias.

De acordo com a Lei 11738/2008 (a Lei do Piso), artigo 2, parágrafo 4, um terço da carga horária dos professores deve ser utilizada para planejamento. Na rede pública municipal de Esmeraldas, após a aprovação do PCCV, se instituiu que os professores dos anos iniciais deveriam ter, em sua jornada de 24 horas semanais, quatro horas para planejamento das atividades.

Essas horas devem ser cumpridas na escola, no horário de trabalho do professor. Assim foi criada a figura do Professor 1.3 (um ponto três). Além desse professor, também chamado de Professor de Tempo ou Regente de Tempo, ainda garantiu-se o professor de Educação Física para alunos dos anos iniciais, uma vez que os professores regentes seriam substituídos uma vez por semana pelo professor de educação física e três vezes por semana pelo regente de tempo, com aulas de Geo-História em cada turma.

Abrir a escola e mantê-la funcionando nas primeiras horas da manhã é uma tarefa que exige organização e compromisso da equipe escolar. Qualquer detalhe pode acarretar um nível grande de estresse e gerar prejuízos para o cumprimento daquilo que foi planejado para ser trabalhado com os estudantes. Uma chave fora do lugar e problemas de toda ordem podem surgir. Por isso a equipe deve estar afiada e desenvolver um trabalho responsável e sensível ao acolhimento das crianças e ao atendimento das demandas que surgem durante toda a manhã, consciente da importância desse trabalho para a comunidade escolar.

Às doze horas e trinta minutos a equipe da limpeza entrega a escola para os profissionais do segundo turno com tudo limpo e organizado para receber os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

4.3 A divisão do tempo e do espaço na Escola Municipal João José dos Passos no segundo turno

Os alunos do segundo turno são dos anos finais do Ensino Fundamental. Eles são atendidos no horário de treze às dezessete e vinte. Tem entre onze e dezesseis anos de idade.

Para atender aos alunos e alunas dos anos finais no segundo turno, em suas onze turmas as aulas são divididas em tempos de cinquenta minutos e cada turma tem cinco aulas por dia, além de um intervalo de vinte minutos. Quando se compõe o horário deve-se observar que os alunos tem o direito de receber até duas aulas da mesma disciplina por dia, que podem ser geminadas ou não. A carga horária dos professores dos anos finais é composta por 18 horas aula com os estudantes em sala de aula e um dia de folga na semana. O professor pode solicitar extensão de jornada se assim o desejar. Por exigência do cargo os Professores de Português e Matemática tem uma carga horária de 20 horas semanais, podendo estender até 25 horas/semana.

Um problema que permanece desde a época que a escola recebeu os alunos do bairro Recanto Verde no segundo turno (2010) é o horário de chegada dos alunos dos anos finais à escola. O horário de entrada é treze horas, mas os alunos que usam o transporte escolar não chegam antes das treze horas e vinte minutos.

A Supervisora que atende aos 296 alunos e as especificidades do segundo turno. Está na equipe desde 2011 e vem desenvolvendo um trabalho intenso de sensibilização das famílias para a responsabilidade com a educação dos adolescentes atendidos no turno.

Com o grupo de professores a Supervisora vem trabalhando exaustivamente para a sensibilização do grupo em questões relacionadas à aprendizagem dos alunos, à aquisição de habilidades de leitura, à frequência dos alunos à Biblioteca, recuperação, ampliação de projetos intervenção pedagógica no sentido de garantir aos alunos o direito de aprender.

4.4 Tempo e espaço para planejamento e realizações.

Para Lima (2010, p. 29)

A ação pedagógica do educador se origina numa leitura de mundo, da realidade de sua turma, do conhecimento e trocas entre os sujeitos cognoscentes. O professor como ator social que também aprende ao ensinar, deve ter sempre em vista que o trabalho com a realidade envolve uma responsabilidade pontual: o planejamento de ações que favoreçam o desenvolvimento de seus alunos num movimento de ressignificação de conhecimentos.

O tempo que o aluno passa na escola deve ser planejado e orientado para que ele possa ter o melhor proveito na integração da formação humana e da convivência sociocultural com o conhecimento e o conteúdo formal a ser ensinado. É importante considerar docentes e discentes como sujeitos da construção de seu conhecimento e do conhecimento do outro.

O que se observa no trabalho com alunos do Ensino Fundamental é que o tempo adquire uma conotação diferente entre os anos iniciais e os anos finais. Tanto que, quando os alunos do quinto ano passam para o sexto, é necessária uma intervenção muito pontual da equipe pedagógica para que esses alunos entendam as novas formas de organização dos tempos da escola.

Na Escola João José dos Passos os tempos e os espaços devem estar sempre a favor da facilitação da aprendizagem. A sala de aula com seus equipamentos e os equipamentos da escola precisam estar sempre à disposição do professor para que ele possa realizar e conduzir atividades de aprendizagem de forma satisfatória. A Biblioteca precisa estar sempre organizada. Os auxiliares de biblioteca precisam estar envolvidos e comprometidos com projetos que visem o desenvolvimento das habilidades de leitura dos alunos. Faz parte do trabalho do Supervisor planejar e orientar a implementação desses projetos em conjunto com os auxiliares de biblioteca.

Há que se garantir a existência de tempos coletivos para o trabalho de ensinar e de aprender. Conselhos de classe e reuniões de pais são essenciais para se garantir um canal seguro de comunicação entre a escola, a família e todos os membros da comunidade escolar, pois Oliveira (s/d, p.9) destaca que:

A organização de um tempo coletivo traz para o cenário da escola a possibilidade de outras vozes se manifestarem. Os professores e as professoras podem expor suas opiniões e nessa troca de experiências e

conhecimentos suas vozes passam a ter mais força, deixando de se submeterem a ordens. Esse tempo coletivo também é importante para que uma maior proximidade com os alunos e alunas e a comunidade possa acontecer nos espaços escolares. Acreditamos que todas essas vozes, professores e professoras, alunos e alunas, pais e mães, comunidade, são importantes e que todos os seus conhecimentos devem ser valorizados no cotidiano escolar.

Para Ribeiro (2004, p. 1) a escola “é um espaço gestado por múltiplos interesses que podem afetar a vida dos sujeitos, gerando inclusões e exclusões”, assim preconiza-se que os espaços da escola devem ser ocupados com atividades desenvolvidas pelos alunos. Os murais devem ser planejados como complementos das atividades realizadas em sala de aula, onde suas composições devem eleger a criatividade, o compromisso com a construção do conhecimento e a valorização das produções dos alunos. Professores e alunos tem liberdade para dispor dos espaços da escola para organizar suas atividades de modo que o espaço e o trabalho do outro também seja respeitado.

Atividades de estudo de meio são sempre muito bem vindas e devem ser planejadas de modo a garantir a segurança dos alunos e dos funcionários que acompanharão esses alunos durante a realização dessas atividades e, principalmente, que os objetivos pedagógicos possam ser alcançados. Esse planejamento deverá se dar entre os professores interessados nesses estudos e a Supervisão, mediante a apresentação de projetos que justifiquem esses estudos.

Os espaços a serem utilizados para os estudos de meio são ilimitados: museus, praças, as ruas do bairro, o entorno da escola, jardins zoológicos, cidades históricas, grutas, circuitos culturais, casarões antigos, pontos turísticos, entre outros. A importância de a escola proporcionar atividades dessa natureza é, além das experiências de construção de conhecimentos, a oportunidade de desenvolver no aluno a socialização, a responsabilidade, o auto cuidado e a autonomia, a consciência de sua cidadania e a descoberta de seu lugar no mundo como sujeito histórico e social.

De acordo com Viveiro e Diniz (2009, p. 3)

As atividades de campo permitem o contato direto com o ambiente, possibilitando que o estudante se envolva e interaja em situações reais. Assim, além de estimular a curiosidade e aguçar os sentidos, possibilita confrontar teoria e prática. (...) Para além de conteúdos específicos, uma atividade de campo permite também estreitar as relações de estima entre o professor e alunos, favorecendo um companheirismo resultante da experiência em comum e da convivência agradável entre os sujeitos envolvidos que perdura na volta ao ambiente escolar.

Professores, alunos, funcionários do quadro administrativo e todos os membros da comunidade escolar merecem conviver em um espaço saudável e limpo, além do direito a frequentar um lugar onde se promove o diálogo, o respeito e se tem a certeza de ser ouvido. É necessário também que se respeitem as regras estabelecidas no Regimento Escolar, uma vez que o espaço da escola é utilizado por todos e, por isso, deve ser usado de forma democrática.

Há necessidade de implementação de novos espaços para que os alunos possam desfrutar de forma mais confortável do tempo que permanecem na escola. Não há um auditório que possa abrigar apresentações mais elaboradas, não há um palco ou mesmo uma sala de jogos a disposição dos alunos. Há a necessidade também da construção de uma brinquedoteca, além da reforma do refeitório. Sobre a necessidade da brinquedoteca muitas pesquisas já foram realizadas provando sua eficácia para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes envolvidos. Entre elas Lima e Delmônico (2010) defendem que:

No ambiente da Brinquedoteca, o brincar supre algumas necessidades da criança, tais como: expressar, participar, transformar, desenvolver, aprender e atuar com subjetividade no cotidiano escolar, na sociedade e na sua cultura. Diante desse propósito, torna-se primordial refletir sobre a importância da Brinquedoteca no ambiente escolar como espaço mediador de aprendizagens, considerando-a no âmbito educacional, como local voltado para brincadeiras lúdicas, sob a função não diretiva e desprovida das intervenções do professor.

Esses espaços de convivência e de aprendizagem são necessários porque neles se estabelecem diversas situações de construção de conhecimento e de interação, onde a mediação e a resolução de conflitos se dão na medida em que crianças, jovens e adultos convivem em busca de sua identidade e da descoberta de sua razão de ser e estar no mundo.

A Biblioteca também precisa ser ampliada, e deve haver a implementação de um espaço onde os estudantes possam ser atendidos com uma diversidade maior de títulos que lhes chame mais a atenção, proporcionando leituras interessantes em um espaço mais agradável. A ampliação do espaço e da variedade de títulos oferecidos e a reorganização do espaço, tornando-o mais agradável e acolhedor vem de encontro ao que afirma Perucchi (1999, p. 4):

A biblioteca precisa ser vista como uma oportunidade de fortalecimento do ensino, dando-lhe um sentido, onde o professor não siga caminhos pré-determinados e receitas prontas, mas procure oportunizar ao seu aluno a busca por novas informações. Do convívio com a leitura, com novas idéias é que surge, o leitor crítico, criativo e independente.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A LDB 9394/96 prevê, em seu artigo terceiro, que um dos princípios do ensino é a gestão democrática. Segundo Gonçalves (2001, p. 21) “O mundo da educação diz respeito as pessoas e ao seu contexto sócio-cultural, aos sujeitos, aos acontecimentos, aos conflitos de liberdade e de decisão e as condições de vida, tanto em plano individual como coletivo”.

Para que se consolide esse princípio, diversos instrumentos são necessários para que se garanta a participação da sociedade. É preciso fortalecer os mecanismos que possibilitam uma gestão democrática da escola, como a eleição direta para diretores das escolas. Segundo Dourado (2007) Boas práticas de gestão escolar visam principalmente garantir o direito do aluno de aprender, organizando o trabalho escolar de forma que ele se torne compatível com os objetivos estabelecidos pela escola.

No município de Esmeraldas, após uma campanha muito acirrada e da mobilização quase unânime da categoria foi conquistado em 2011, um plano de carreira com a garantia da eleição direta para os gestores das escolas municipais, desfazendo um pernicioso vínculo político partidário, que trazia imensos prejuízos para a educação.

A cada processo de consulta uma comissão eleitoral municipal é formada por membros do governo e representantes da categoria para a construção do edital (de acordo com o PCCV - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos). Essa comissão conduz o processo de consulta em cada escola, ocupando-se das inscrições das chapas, confecção de cédulas e julgamento de interposição de recursos, dando transparência e credibilidade à eleição. Recentemente, mesmo após essa conquista, tem-se observado um desinteresse muito grande dos professores em assumir cargos de gestão devido aos baixos salários oferecidos a esses profissionais e à carga de trabalho e responsabilidade incompatível com a remuneração oferecida.

Dourado (2007, p. 7) esclarece:

Em muitos locais, tem-se procurado implementar um processo democrático de gestão, valorizando e incentivando as iniciativas das unidades escolares no que se refere à democratização do espaço escolar. (...) Nessas novas formas de organização do trabalho escolar, tem havido um esforço conjunto para que seja valorizado a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar (diretor, coordenador, professores, pais, estudantes, funcionários e os demais interessados na escola), principalmente por meio da construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico e da

consolidação de conselhos escolares (...)

A grande importância da implementação desse processo democrático de gestão tem por objetivos principais, ainda de acordo com Dourado (2007, p.7):

- a formação crítica e política de seus alunos e de sua comunidade;
- o envolvimento e a participação da comunidade no processo decisório da escola;
- o desenvolvimento de ações colegiadas, visando à democratização do espaço escolar;
- o fortalecimento da unidade escolar.

É inegável o quanto a comunidade escolar tem a ganhar com uma gestão democrática e transparente dos recursos financeiros recebidos pela escola, melhorando ainda a qualidade da educação ofertada e a confiança que se estabelece entre a comunidade e a equipe gestora. É importante formar uma parceria, pois esta só terá a acrescentar na construção de uma relação positiva, leal e honesta na gestão dos recursos financeiros aos quais a escola tem direito.

O que se observa em uma escola onde o processo de gestão democrática é consolidado é uma parceria muito maior entre as famílias e a escola. As famílias estão, em raras exceções, dispostas a assumir seu papel de tutoras da educação dos filhos, não delegando à escola esse papel. As famílias procuram estar a par do desempenho escolar e do desenvolvimento intelectual de suas crianças e adolescentes, cobrando da escola quando consideram que esse desenvolvimento e atendimento estão aquém de suas expectativas e apoiando nos momentos em que a escola cobra mais organização e disciplina dos alunos.

Para garantir aos pais informações sobre o rendimento escolar dos filhos, a escola promove reuniões bimestrais, com o objetivo de proporcionar às famílias formas de acompanhar o desenvolvimento cognitivo. Quando há necessidade, os responsáveis são convidados a vir à escola para decisão entre a família, a supervisão escolar e a direção, qual a melhor providência a ser tomada no caso. Geralmente essa convocação acontece quando há problemas de brigas entre os alunos ou de desrespeito aos professores e funcionários do quadro administrativo da escola.

Desde 2010 foi composto o Colegiado da Escola Municipal João José dos Passos, com seus membros diretamente escolhidos por cada segmento que compõe a comunidade escolar: Representantes dos pais (dois), representantes dos estudantes (dois), representantes dos docentes (dois) e representantes do quadro

administrativo (dois). A presidência do Colegiado é exercida pelo diretor da escola. A Secretaria Estadual de Educação/MG (SEE) lança o edital que rege o processo de eleição dos representantes da comunidade escolar. Compõe-se na escola uma comissão que organiza o processo de acordo com o edital lançado, dando total transparência e credibilidade ao processo.

Um outro mecanismo de participação da Comunidade Escolar na Escola Municipal João José dos Passos é o Caixa Escolar ou Unidade Executora. Dourado (2007, p.2) determina que

Ao discutirmos o papel dos conselhos escolares e sua importância no processo de gestão, em especial no de gestão financeira da escola, devemos pensar que essa é uma conquista histórica, sobretudo no aspecto de o conselho possuir caráter deliberativo.

O Caixa Escolar, composto por membros da comunidade escolar: pais, ex alunos, funcionários do quadro administrativo e professores, tem como presidente o Diretor da escola. O estatuto do Caixa Escolar prevê que haja um Conselho Fiscal que se reúna anualmente para a aprovação da prestação do contas do dinheiro repassado para a escola. Esse Conselho Fiscal se reúne e registra sua decisão em ata, além de assinar um relatório de aprovação da prestação de contas.

Dourado (2007, p.6) esclarece que:

A autonomia financeira deve possibilitar à escola elaborar e executar seu orçamento, planejar e executar suas atividades sem ter que necessariamente recorrer a outras fontes de receita, aplicar e remanejar diferentes rubricas, tendo o acompanhamento e fiscalização dos órgãos internos e externos competentes. Em síntese, é obrigação do poder público o financiamento das instituições educacionais públicas.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A comunidade escolar atendida na Escola Municipal João José dos Passos já foi muito hostil aos professores e funcionários do quadro administrativo lotados na escola. Quando o diretor era indicado pela administração municipal, havia uma pressão da comunidade em questões administrativas quanto à composição do quadro de funcionários da escola. Muitas vezes funcionários foram ameaçados pela comunidade motivando diversos casos de transferência, demissão ou remoção de funcionários devido a essa hostilidade.

6.1 Relações entre alunos

Os alunos atendidos na escola são crianças e adolescentes de origem muito humilde. São filhos de trabalhadores que muitas vezes passam o dia fora de casa e deixam seus filhos aos cuidados de seus irmãos mais velhos, como detecta Bambino (2011):

Os filhos, não tendo com quem ficar, acabam assumindo precocemente certas responsabilidades, como fazer as tarefas, estudar para as avaliações e, muitas vezes, cuidar dos irmãos mais novos quando for o caso. Sem um adulto para cobrar as responsabilidades essenciais, os alunos vem para escola sem muitas vezes trazer o básico, como material escolar completo e tarefas feitas e assinadas por um responsável.

Os alunos se conhecem e são companheiros de brincadeiras dentro e fora da escola. O que se espera dos alunos dentro de sala de aula é que eles sejam capazes de partilhar seu conhecimento, desenvolvendo sua capacidade de cooperação e respeito por si e pelo outro. É uma prática necessária, uma vez que alguns problemas que surgem nos relacionamentos fora da escola interferem no trabalho em sala de aula. Bambino (2011) continua

Para educar, deve existir uma preocupação de levar os alunos a compreenderem o sentido dos conteúdos trabalhados e quais são as relações existentes entre os mesmo com a sua vida, seu dia-a-dia e com a sociedade da qual faz parte. Estabelecer sempre uma relação entre o saber que o aluno já possui e o saber escolar.

Alunos com deficiência são geralmente acolhidos por todos. Quando são detectados casos de hostilidade ou comportamentos desrespeitosos para com esses alunos é realizado um projeto de sensibilização pela equipe pedagógica para promover a inclusão deles, uma vez que Mattos (2000) preconiza

A integração do indivíduo com deficiência dependerá do processo de relações dialéticas constituído desde as primeiras vivências no seu grupo de referência. Em outros termos, é preciso que haja aceitação da deficiência por parte dos demais participantes da comunidade. Além disso, deverá haver vontade política para a construção de uma prática social menos segregacionista e menos preconceituosa.

6.2 Relações entre alunos, professores e pais

Há uma grande preocupação sobre a função da escola e sobre a importância das relações que se estabelecem dentro dela. Uma das relações primordiais para que o ensino se faça de forma eficaz é a relação entre professores e alunos. O caráter social dos seres humanos é uma questão de natureza. Por isso, desde cedo, os seres humanos formam grupos que se consolidam durante sua existência,

buscando confiança, respeito e companheirismo. Na escola não é diferente. Siqueira (2003, p. 3) precisa como deve ser a relação entre professor e aluno:

Para exercer sua real função, o professor precisa aprender a combinar autoridade, respeito e afetividade; isto é, ao mesmo tempo que estabelece normas, deixando bem claro o que espera dos alunos, deve respeitar a individualidade e a liberdade que esses trazem com eles, para neles poder desenvolver o senso de responsabilidade. Além disso, ainda que o docente necessite atender um aluno em particular, a interação deve estar sempre direcionada para a atividade de todos os alunos em torno dos objetivos e do conteúdo da aula.

Professor e aluno devem estar em harmonia para que o trabalho de ensinar seja feita de forma a promover a interação entre ambos, uma vez que Freire (1987, p.149) delineou o papel que essa troca de saberes exerce no processo de ensino-aprendizagem.

É de suma importância a presença constante e efetiva do professor uma vez que, este deve ser um observador, orientador, mediador e avaliador, na construção do conhecimento a ser elaborado pelo aluno. Desta forma, a aprendizagem dar-se-á na relação de troca e interação entre ambos, e não o professor, como o detentor do saber e o aluno como um mero receptor.

Muitas vezes pais angustiados são recebidos na escola. Angustiados pelas diversas questões que envolvem a vida do aluno e sua família na escola ou fora dela. É importante uma postura de acolhimento, de sensibilidade e respeito ao aluno e sua família. Muitas vezes ao final de uma conversa com o diretor, o supervisor, o professor, ou com todos eles, traz de volta a segurança de quem se sente ouvido e compreendido. PARO (1997: p.30) diz que

a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano".

6.3 Relações entre professores e a direção da escola

Na Escola Municipal João José dos Passos as relações de trabalho se dão de forma tranquila. A maioria dos funcionários procura cumprir suas funções de acordo com os cargos ocupados de forma criteriosamente responsável. A convivência entre todos é geralmente harmônica e respeitosa.

O fato de o gestor escolar ser escolhido pela comunidade fortalece a confiança do grupo de servidores, dos alunos e dos pais de que todos serão ouvidos

de forma imparcial e a demanda será dirimida com justiça. Nesse ambiente, onde todos são ouvidos e respeitados, as relações de trabalho desenvolvidas nesta unidade de ensino procuram promover a igualdade e o respeito nas relações, proporcionando um bom ambiente de trabalho, onde todos se sintam valorizados e respeitem o trabalho do outro, numa via de mão dupla de valorização do profissional e da satisfação pessoal, nesse contexto. Sulpino e Ramalho (s.d, p. 8) defendem que:

No papel de líder democrático, o gestor deve atuar com o negociador de conflitos, pois ele é aquele que lança mão de certo tipo de poder, o poder dos iguais com base em determinada perspectiva com fundamentos para entendimento mútuo, que apóia determinado método de diálogo e negociação e como produto: seus objetivos alcançados

E adiante (s.d, p. 9) esclarecem sobre as características da postura que o gestor deve assumir para promover um ambiente de trabalho agradável, onde as relações assumam características da gestão democrática.

Ao líder, realmente empenhado na resolução de conflitos cabe está alerta aos sinais e utilizar suas habilidades de comunicação pessoal para reverter à situação de desconforto no desempenho de suas funções no cotidiano, prevalecendo o caminho da imparcialidade, usando a diplomacia e protocolo para poder restaurar a harmonia nos relacionamentos. Essa prática promove o sentimento de solidariedade e ajuda a desarmar o colaborador potencialmente descontente dando um verdadeiro tratamento a situação de conflito utilizando a liderança democrática pelo bem comum, seja na sua atuação prática de líder nas relações interpessoais, na prática pedagógica ou na administração dos conselhos escolares existentes.

7. AVALIAÇÃO

Para Luckesi (1996, p.36) a avaliação "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". A partir desse julgamento é importante que se tome um posicionamento efetivo sobre a qualidade do objeto. A partir da gestão democrática, garantida pela LDB 9394/96, a escola tem autonomia para decidir sobre seus processos de avaliação, compreendendo que, como afirma Caldeira (2000, p. 122):

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

É uma discussão atual na escola pública brasileira o fortalecimento do pensamento de que a avaliação é um processo sendo "fonte valiosa de informação, problematização e ressignificação dos processos educativos, tendo, função estratégica no desenvolvimento institucional da escola e na gestão educacional". (Brandalise, 2010, p. 315).

7.1 A LDB e a avaliação na Escola João José dos Passos

A LDB 9.394, de 20/12/1996, em seu artigo 24, aborda a avaliação como verificação do conhecimento escolar e estabelece as várias possibilidades dessa verificação ao longo do processo de ensino-aprendizagem:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis

De acordo com essas diretrizes são proporcionadas aos estudantes diversas possibilidades para a verificação de seu desenvolvimento cognitivo, respeitando-se os diversos critérios preconizados pela LDB como a avaliação contínua, a aceleração e a reclassificação em caso de necessidade e observando-se os critérios estabelecidos pelo parecer CEE/MG nº 1132/97.

Cabe à Secretaria da escola entregar aos docentes o Diário de Classe com as informações necessárias à carga-horária e apuração de frequência dos alunos, cabendo aos docentes manter essas informações atualizadas diariamente, bem como o conteúdo administrado em sala. A Supervisão é responsável pela aprovação do trabalho docente mediante verificação dos registros.

7.2 Avaliação dos Alunos

A Escola Municipal João José dos Passos oferece aos alunos um processo de avaliação centrado na avaliação qualitativa, embora também utilize aspectos da avaliação quantitativa. De acordo com Brandalise (2010, p. 322):

Ao optar-se pela abordagem quantitativa considera-se a educação como um processo tecnológico, acredita-se na objetividade da avaliação e utiliza-se o método hipotético-dedutivo. Os resultados são mais valorizados que os processos da educação, a finalidade da avaliação é o controle e se atribui mais valor ao caráter estável do que ao caráter dinâmico da realidade educacional.

A abordagem qualitativa, ao contrário, considera a educação sempre ligada a valores, problematiza a objetividade da avaliação utilizando métodos mais qualitativos e compreensivos, valoriza os processos mais que os resultados da educação, considerando como finalidade principal da avaliação a melhoria. Além disso, valoriza mais o caráter dinâmico e subjetivo da realidade educacional.

Para a consolidação dessa avaliação qualitativa é imprescindível que os professores seja envolvidos nesse processo. A escola deve proporcionar-lhes as ferramentas necessárias para que possam cumprir seu papel de forma comprometida e satisfatória em todos os aspectos que envolvem a comunidade escolar. Assim a LDB 9394/96 também reitera, em seu artigo 13, que é responsabilidade dos docentes:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A escola proporciona diversos procedimentos de avaliação da aprendizagem. Promove simulados, avaliações diagnósticas, análise dos resultados das avaliações externas, prevê os Conselhos de Classe, as avaliações bimestrais e ainda a recuperação paralela, oferecendo a oportunidade para que os alunos aprendam e que seu conhecimento seja construído em bases sólidas. Luckesi (2000, p. 1) defende que:

O ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a disposição de acolher . Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória agradável ou desagradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais. Acolhê-la como está é o ponto de partida para se

fazer qualquer coisa que possa ser feita com ela. Avaliar um educando implica, antes de mais nada, acolhe-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer.

Assim é passível de observação que o ato de avaliar é um ato de acolhimento, de amor e de respeito que o docente direciona ao educando. Um ato de respeito e de profunda disposição para acolher, incluir.

7.3 Avaliação dos Profissionais

Não há dúvida de que o professor da escola pública brasileira deve ser um servidor público, efetivo após prestar concurso público e passar pelo estágio probatório. Tudo para que esse servidor possa usufruir das prerrogativas que lhe dá a LDB 9394/96 em relação a valorização do profissional da Educação:

Art.67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

Não há implantado no município um sistema de avaliação dos profissionais da educação. Aqueles que fazem parte do quadro permanente de servidores da escola não passam por qualquer avaliação de desempenho e a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - PCCV, em 2011, proporciona ao quadro efetivo de servidores a progressão automática por tempo de serviço e por titulação. Todos os docentes, inclusive aqueles que não são efetivos ou os que lecionam a título precário, recebem também uma gratificação, de vinte por cento do vencimento básico, por incentivo à docência.

Para avaliação do gestor também não há um processo definido. No entanto, a consulta à comunidade escolar a cada dois anos e a possibilidade de recondução ao cargo uma vez é uma forma de saber se a equipe gestora cumpriu seu papel de forma satisfatória perante os membros que compõem a comunidade escolar. O plano de gestão apresentado pelas chapas que se candidatam à gestão da escola também é um documento que colabora para a avaliação dos gestores.

Libâneo (2009, p. 8) esclarece que:

Há boas razões para crer que a instituição escolar não pode prescindir de ações básicas que garantem o seu funcionamento: formular planos, estabelecer objetivos, metas e ações; estabelecer normas e rotinas em relação a recursos físicos, materiais e financeiros; ter uma estrutura de funcionamento e definição clara de responsabilidades dos integrantes da equipe escolar; exercer liderança; organizar e controlar as atividades de apoio técnico-administrativo; cuidar das questões da legislação e das

diretrizes pedagógicas e curriculares; cobrar responsabilidades das pessoas; organizar horários, rotinas, procedimentos; estabelecer formas de relacionamento entre a escola e a comunidade, especialmente com as famílias; efetivar ações de avaliação do currículo e dos professores; cuidar das condições do edifício escolar e de todo o espaço físico da escola; assegurar materiais didáticos e livros na biblioteca.

Assim, cabe aos gestores o cumprimento de seu papel de forma a estimular a participação e o compromisso de todos para a oferta de uma educação de qualidade, exercendo sua liderança de forma organizada e democrática.

7.4 Avaliação do PPP (Projeto Político Pedagógico)

O projeto político pedagógico é uma ferramenta indispensável ao trabalho de educar e à prestação de um serviço público de qualidade à comunidade escolar que preconiza a participação da comunidade escolar em sua construção e também, principalmente, em sua avaliação. Libâneo (idem, p 9) declara:

A participação é o principal meio de tomar decisões, de mobilizar as pessoas para decidir sobre os objetivos, os conteúdos, as formas de organização do trabalho e o clima de trabalho desejado para si próprias e para os outros. A participação se viabiliza por interação comunicativa, diálogo, discussão pública, busca de consensos e de superações de conflitos. Nesse sentido, a melhor forma de gestão é aquela que cria um sistema de práticas interativas e colaborativas para troca de idéias e experiências para chegar a idéias e ações comuns.

Sendo uma ferramenta à serviço da gestão democrática o PPP evidencia a necessidade de ser avaliado sistematicamente uma vez por ano em Assembleia convocada para esse fim pelo Colegiado Escolar, com a participação efetiva dos membros que compõem a comunidade escolar para que se fortaleçam os ideais de democratização cada vez maior da escola, ficando assim, evidente que as realizações poderão se concretizar através da importância dessa ferramenta no ambiente educacional.

Cabe a toda comunidade escolar compreender que a escola pública é uma instituição pública fundamental que atende e abriga cidadãos. Assim, Oliveira (2010, p. 2) esclarece sobre a importância da reflexão e avaliação do PPP:

A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas.

CONSIDERAÇÕES

As escolas públicas precisam ampliar sua forma democrática de atuar na sociedade. Para que essa ampliação se dê de uma forma satisfatória, com uma contribuição eficaz para o debate em favor de uma escola de qualidade, Oliveira (2010, p. 1) declara:

Ainda que a realidade demonstre que há inúmeros problemas a superar para que a nossa população usufrua de uma educação de qualidade, mudanças começam a ser vislumbradas nos processos políticos no sentido da participação. Num movimento dialético, as tentativas de impor um tipo de gestão gerencial da educação propiciaram a institucionalização de canais de participação e decisão na escola (a exemplo de Conselhos, Grêmios Estudantis, fortalecimento de Associação de Pais), que necessitam ser apropriados de acordo com uma significação diferente da lógica “democrática” neoliberal.

Assim, é possível compreender que o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João José dos Passos é uma ferramenta imprescindível para a construção de uma escola democrática. O fortalecimento do PPP como ferramenta da garantia de uma educação de qualidade passa também pelo fortalecimento das diversas ferramentas que o PPP ajuda a implementar na escola, mediante os diversos canais de valorização da escola.

Gestores, professores, funcionários do quadro administrativo, alunos, pais, configuram a riqueza de uma escola que ouve as demandas de todos e procura implementar políticas de participação efetiva e de respeito à diversidade de culturas e opiniões que fazem da escola o que ela é: território aberto à solidariedade, ao desenvolvimento de atitudes e realizações cidadãs.

O Projeto Político Pedagógico aponta para o futuro, para o planejamento, para a consolidação de sonhos e a transformação deles em realidade. Oliveira (idem, p. 2), insiste que:

Os conflitos e lutas pelo poder, os meios de resistência, as alianças, os valores, as normas, os modelos de aprendizagem, as atitudes do professor, as relações entre as pessoas, a participação dos pais e dos alunos e o modo como esses atores escolares se comunicam são aspectos que vão influenciar, com vigor, o tipo de PPP que será elaborado e os rumos que irá seguir no processo de sua implementação.

Assim, é importante levar em consideração as complexas redes de relações humanas que se formam na escola para que o processo de convencimento e motivação para a participação e a adesão a uma educação emancipadora se dê de forma que a dimensão subjetiva fortaleça o projeto para melhorar a escola, oferecendo uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana M. de; **COMO FAZER REFERÊNCIAS: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/forum/discuss.php?d=21201> e acesso em 04/01/2012.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 25/08/2013

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas.** Olhar de professor, Ponta Grossa, 13(2): 315-330, 2010. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 24/08/2013.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 09/05/2013.

BAMBINO, Leila Vilma da Silva. BAMBINO Antonio Carlos. **O desafio dos educadores frente às mudanças da instituição escolar.** 2011 Disponível em <http://leilabambino.blogspot.com.br/2011/01/o-desafio-dos-educadores-frente-as.html>. Acesso em 17/08/2013.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar.** In: Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3).

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola.** Porto Alegre: Artmed, 2002. (Coleção Inovação Pedagógica)

CASTRO. Marta Luz Sisson de; **A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal (71 a 87).** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02/05/2013

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** Educação & Sociedade, vol. 28, n.o 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgedu/neephi/producoes/artigos/cavaliere-ana-maria.-tempo-de-escola-e-qualidade-na-educacao-publica.-educacao-e-sociedade-v.-28-p.-1015-1035-2007/view>. Acesso em 21/07/2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do**

gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02/05/2013

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** 2007. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/>. Acesso em 04/05/2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 1. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_04_LUCIANO_MENDES_E_DIANA_GONCALVES.pdf. Acesso em 24/07/2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola?** GT 13 - 27a Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 25/07/2013.

HADDAD, Sérgio; **O direito à educação no Brasil – Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação.** São Paulo: DHESC-Brasil, 2004, disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> e acessado em setembro de 2012.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica** - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

LEÃO, Arlete São et all. **Relação entre o espaço físico da escola e a formação escolar.** 2009. Disponível em xa.yimg.com/kq/groups/21801645/.../Espacos_Escolares_trabalho.doc. Acesso em 11/08/2013.

LIBÂNIO, José Carlos. **As práticas de organização e gestão da escola e a aprendizagem de professores e alunos.** Presente! Revista de Educação, CEAP-Salvador (BA), 2009, jan/abr 2009.

LIMA, Paulo Gomes. **Formação de professores: por uma ressignificação do trabalho pedagógico na escola.** – Editora EDUEFGD, 2010.

LIMA, Luciana R. Fernandes. DELMÔNICO Rosiane Luccas. **Estudo sobre a importância da Brinquedoteca no ambiente escolar como espaço mediador de aprendizagens, sob o ponto de vista dos professores da rede municipal de**

ensino de Cornélio Procópio. 2010. Disponível em <http://www.pedagogia.com.br/artigos/importanciadabrinquedoteca1/>. Acesso em 16/08/2013.

LOPES, Tatiana Raquel Wilde; **Os principais desafios do gestor democrático na atualidade.** 2010. Disponível em http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1272#.UPICS32G-9U. Acesso em 12 de janeiro de 2013.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo.** Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www..org/curriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 12/01/2013

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 4. ed. São Paulo : Cortez, 1996.

_____. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Pátio. Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000. Disponível em <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>. Acesso em 25/08/2013.

MATTOS, Edna Antônia de. **Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão.** 2000. Disponível em : <http://www.hottopos.com/videtur13/edna.htm>. Acesso em 17/08/2013.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02/05/2013

_____, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 03/05/2013

OLIVEIRA, Cristiane Elvira de Assis et all. **Questões sobre o tempo no espaço escolar.** 2009. Disponível em www.ufjf.br/espacoeducacao/files/2009/11/cc07_1.pdf. Acesso em 11/08/2013

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 25/08/2013.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. **Currículo: um instrumento educacional, cultural e social.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, maio/ago. 2008. Disponível em www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2039&dd99=pdf. Acesso em 21/07/2013.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo. Xamã. 128 p. 1997.

_____, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. (1998) Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/a_gestao_da_educacao_vitor_Paro.pdf. Acesso em 12/01/2013

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **A complexidade do trabalho docente na atualidade**. Disponível em http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema6/QuartaTema6Artigo2.pdf. Acesso em 17/08/2013.

PERUCCHI, Valmira. **A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma - Santa Catarina**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, V. 4, N. 4, 1999.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo**. 2004. Disponível em www2.uefs.br/sitientibus/pdf/31/espaco_escolar.pdf. Acesso em 11/08/2013.

SALTO PARA O FUTURO - **CURRÍCULO**. TV EScola. Vídeo. 50 min. Disponível em http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=1708. Acesso em 21/07/2013.

SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. **Relação Professor - Aluno: Uma Revisão Crítica**. Maio de 2003. Disponível em <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/RELA%C3%87%C3%83O%20PROFESSOR-ALUNO/relacao%20professor-aluno%20-%20uma%20revisao%20critica.pdf>. Acesso em 18/08/2013

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02/05/2013.

_____, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2005. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 25/08/2013.

SULPINO, Célia Medeiros. RAMALHO, Rosângela Palhano. **Elementos para a gestão democrática na Educação**. S.D. Disponível em http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/elementos_para_a_gestao_democratica_na_educacao_1343917737.pdf. Acesso em 18/08/2013

VIVEIRO, Alessandra Aparecida e DINIZ, Renato Eugênio da Silva. **Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar.** Ciência em tela - Volume 2, Número 1/2009. Disponível em http://www.diagramaeditorial.com.br/cescar/material_didatico/viveiro_e_diniz_%282009%29.pdf. Acesso em 16/08/2013

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da escola e democratização de sua gestão: novas demandas para o gestor.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 05/05/2013